

Um SNE Efetivo

» **CRISTOVAM BUARQUE**
Presidente do Instituto
Educcionista



ANDRÉ STÁBILE
Diretor-executivo do Instituto Educcionista

Ao longo dos últimos 70 anos, o Brasil adotou 22 programas voltados para a educação básica — da Merenda Escolar, em 1955, ao Pé-de-Meia, em 2025 — incluindo dois Planos Nacionais de Educação (PNEs), com vigência de 10 anos cada. Com esses programas, avançamos rumo à quase universalização das matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental. No entanto, progredimos insuficientemente quanto ao número de alunos que concluem a educação básica com formação capaz de atender às exigências do mundo contemporâneo. Apesar dos avanços, nesse período três lacunas se ampliaram: entre ricos e pobres, entre a educação no Brasil e em outros países, e a desconexão entre o que ensinamos e o que precisa ser ensinado.

Embora as matrículas nas séries iniciais estejam quase universalizadas, convivemos com a absurda realidade de mais de 10 milhões de adultos analfabetos. Apenas 20% da população brasileira conclui a educação básica com a qualidade necessária para enfrentar os desafios

contemporâneos, com o mapa para buscar a própria felicidade e as ferramentas para construir um mundo melhor. Não percebemos que matrícula não significa frequência, nem assistência; tampouco garante permanência ao longo dos anos da educação básica. E, mesmo quando concluída, essa educação muitas vezes não prepara o aluno para compreender e participar plenamente da sociedade de seu tempo.

O país se prepara agora para aprovar mais dois programas: o PNE III e o SNE — Sistema Nacional de Educação. Ainda que possam trazer melhorias pontuais, ambos repetem velhas promessas de promover avanços na qualidade sem indicar a estratégia de como oferecer educação para todos, independentemente da renda e do endereço. Como afirmou Claudio de Moura Castro em artigo recente publicado no *Estado de S. Paulo*, são medidas que dão a impressão de empenho dos governantes, mas não equipam o Brasil com o necessário conjunto sistêmico de ações para superar nossa histórica tragédia educacional: o atraso e a desigualdade.

Assim como os anteriores, o PNE I e o PNE II, o novo PNE III e também o SNE apresentam boas intenções, prometem mais recursos, criam conselhos, sugerem cooperação entre estados e municípios, mas carecem de objetivos audaciosos e ações concretas que implantem a rede de escolas públicas para a educação de qualidade para todos. Mantém-se a tradição de tratar a infância como uma responsabilidade municipal, relegando ao governo federal e seu ministério o papel de apoiadores. Ainda não incorporaram o lema “criança é questão federal”. Falta-lhes a determinação

nacional para levar nosso sistema educacional ao nível de qualidade equivalente aos melhores do mundo e com plena equidade para todos brasileiros.

Além da recusa em assumir a educação básica como responsabilidade federal, persiste a preferência por boas intenções, em vez de ações que conduzam a um salto real em qualidade e equidade. É difícil entender a opção por repetir intenções sem os instrumentos executivos necessários para cumpri-las. Seria mais efetivo optar por expandir para todo o Brasil as escolas federais de educação básica que já apresentam qualidade satisfatória. Em vez de mais planos e leis para cooperação entre entes federativos, o país executaria estratégia clara: ampliar o número de escolas federais até formar um verdadeiro sistema único federal de educação básica.

Mesmo sem considerar o potencial das novas tecnologias para reduzir custos, nem levando em conta a queda na taxa de natalidade — que reduzirá o número de alunos dos atuais 50 milhões para cerca de 38 a 40 milhões nas próximas décadas —, o custo para oferecer uma educação de qualidade em escolas federais teria um valor até 50% superior ao atual gasto disperso em quase 6 mil sistemas municipais e estaduais. Considerando uma taxa de crescimento da economia em 2% ao ano, ao final do período de execução da estratégia de federalização esse custo representaria menos de 7% do PIB — abaixo portanto dos 10% estipulados pelo PNE II.

Essa estratégia é viável financeiramente e poderia ser implementada gradualmente, por meio de blocos de cidades que optassem por substituir todas as suas escolas municipais por instituições federais.

Visto, lido e
ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.df@dabr.com.br



De olho na Europa (parte 1)

Não resta dúvida de que existe hoje uma forte desunião interna dentro da União Europeia (UE). Esse fato, somado à perda de autonomia estratégica, está enfraquecendo significativamente a posição global da Europa e a sua capacidade de defender, de forma independente e coerente, os interesses da comunidade. De fato, a UE assiste, cada vez mais, a um protagonismo da esquerda globalista nas decisões do bloco e na definição de suas políticas. Com isso, passa a enfrentar desafios cada vez maiores e críticos. O futuro do bloco é incerto.

É necessário refletir criticamente sobre as tensões internas da União Europeia, sua perda paulatina de autonomia estratégica, o crescimento do euroceticismo e os dilemas que se colocam para o futuro do bloco. Um possível desmanche desse bloco, por pressões internas, pode redesenhar o mapa geopolítico não apenas do continente, mas do resto do mundo. A UE, por décadas símbolo de cooperação econômica, estabilidade política e integração democrática, enfrenta hoje uma crise que vai muito além das habituais disputas de orçamento ou migração.

É uma crise de coerência estratégica, de unidade política e de credibilidade externa. Se não reencontrar, com urgência, uma linha comum de ação, capaz de conciliar soberania nacional e interesses comunitários, a União Europeia corre o risco não apenas de se tornar secundária nas grandes negociações globais, mas de ver seus valores fundamentais corroerem-se de dentro para fora.

Em seu discurso anual sobre o Estado da União, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, fez questão de apelar para uma Europa “livre e independente”, dizendo: “A Europa está numa luta por uma Europa livre e independente. Uma luta pelos nossos valores e as nossas democracias (...) Isso não é uma luta opcional, é uma luta pelo nosso futuro”. Contudo, essa retórica enfrenta desafios práticos, e críticos têm alertado que há um hiato persistente entre o que se promete e o que se executa.

Um editorial recente do *Le Monde* resume bem esse hiato: “O problema da Europa não é a falta de ideias, é a diferença entre a retórica e a implementação”. O jornal aponta que iniciativas como o Clean Industrial Deal, promessas de critérios “made in Europe” para compras públicas e contratos massivos com os Estados Unidos vinculados à energia, muitas vezes, desmentem os compromissos de autonomia e independência estratégica.

Por outro lado, figuras como o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, colocam em termos claros essa tensão entre soberania nacional e centralização europeia. Em discurso no verão de 2024, ele afirmou que “a Europa desistiu de defender os próprios interesses” e acusou o bloco de seguir incondicionalmente a política externa dos democratas americanos, ao custo da autodestruição.

Ex-políticos de peso também se manifestam. Michel Barnier, ex-negociador-chefe do Brexit, em entrevistas e em livro, acusa von der Leyen de conduzir um desvio autoritário em Bruxelas, por concentrar decisões e subestimar o papel dos parlamentos nacionais e sociais no debate. Os fatores dessa desunião europeia são múltiplos, vão desde a diversidade dos interesses nacionais — Estados-membros têm realidades muito distintas orçamentos, dependência energética, corrente política dominante — às relações externas com potências como a Rússia ou China.

O que funciona para Polônia ou para Hungria pode parecer risco político ou econômico para França ou para Alemanha. Há, ainda, limites institucionais e de capacidade: a UE tem ambições diplomáticas e militares cada vez maiores, mas suas capacidades concretas em defesa, cooperação externa e produção industrial estratégica permanecem fragmentadas.

Pesquisas acadêmicas recentes apontam que políticas de autonomia estratégica muitas vezes se traduzem, na prática, em “de-risks” seletivos, ou iniciativas modestas, com inúmeros condicionamentos. Polarização interna com o crescimento de partidos de direita nacionalista e de partidos de esquerda radical ou populista tem exigido que o centro político se desloque para abordagens mais cautelosas, frequentemente mais retóricas que operacionais.

Essa polarização mina consenso sobre política externa comum, solidariedade fiscal, requisitos de Estado de direito e ação contra grandes potências externas. Também a contínua dependência externa persistente com a UE em muitos setores críticos (tecnologia, defesa, energia), de fornecedores externos, alianças militares e rotas logísticas que escapam ao seu controle.

A frase que foi pronunciada:

“Liderança não te torna especial, o especial é aquele grupo sem ou com o líder trabalhar em equipe, porque o dever do líder é fazer todos trabalharem juntos.”

Nathan Reginhard

História de Brasília

Idéia interessante seria se o cel. Cairolí determinasse que os bombeiros, com o uso dessas lanchas, destocassem as partes perigosas do Lago, que são muitas. (Publicado em 10/5/1962)

Maurenilson Freire



Quando a ciência encontra o humano: a trajetória de um médico que enfrenta o câncer de próstata

» **FABRÍCIO CARRERETTE**
Mestre e doutor em ciências
médicas, professor associado
da UERJ, membro da Sociedade
Brasileira de Urologia



Hoje, apresento a minha aula da vida: não apenas como médico e pesquisador, mas como alguém que viveu no próprio corpo aquilo que estuda diariamente — o câncer de próstata. Quero compartilhar a história da minha trajetória profissional, pessoal e transformadora, o momento em que a ciência deixou de ser a prática para se tornar experiência vivida.

O resultado do exame trouxe uma verdade incômoda: mesmo conhecendo profundamente a medicina e tendo acesso à tecnologia mais avançada, eu estava vulnerável como qualquer homem. Receber o diagnóstico de câncer de próstata foi duro, especialmente porque, naquele momento, eu me encontrava em condições difíceis, mal alojado em uma UTI no interior do estado do Rio de Janeiro, acompanhando meu pai de 88 anos em procedimentos arriscados. Sou grato aos colegas que agilizaram o tratamento dele, para que eu pudesse voltar ao Rio e iniciar o capítulo mais desafiador da minha vida.

Diante de três caminhos, precisei escolher. O primeiro, o mais tradicional, seria a cirurgia imediata, mas com chance maior de falhas. O segundo, apelidado por mim de “mítico”,

reunia promessas milagrosas e pouco resultado real. E o terceiro, o mais longo, exigia paciência e disciplina: uma preparação com novos medicamentos que reduzem a força do tumor, seguida da cirurgia. Foi esse que abracei, por acreditar na ciência e confiar que a pesquisa moderna ainda pode abrir portas para resultados mais consistentes.

A escolha, no entanto, não me poupou do peso emocional. Os efeitos do tratamento foram intensos: um esvaziamento da energia, da disposição e até da identidade masculina. Era como se apagassem um motor vital. Mas não me entreguei. Segui com disciplina, exercícios e trabalho, buscando manter vivo o meu propósito. Passei a sentir na pele o que tantos pacientes me confiaram ao longo dos anos. Entendi, de forma brutal e transformadora, que, por trás de cada prontuário, há uma vida em suspensão, esperando uma resposta, um gesto de esperança. Essa espera não é feita apenas de dias e noites, mas de dúvidas que corroem, de medos que insistem em permanecer, e de uma fé que precisa ser renovada a cada manhã.

O que era previsível mudou de repente: novos exames mostraram que minha chance de resposta era mínima. Pensei em desistir e partir logo para a cirurgia. Mas respirei fundo e investiguei a resposta ao tratamento. Um exame avançado revelou que o tumor havia encolhido mais de 80%. Segui até o fim do protocolo. A cirurgia, então, foi um sucesso: o tumor removido, as funções recuperadas, a vida retomada. A ciência havia cumprido seu papel,

mas o processo inteiro me ensinou que a jornada emocional pode ser tão ou mais difícil do que a jornada clínica.

Hoje, carrego apenas uma cicatriz pequena, mas ela guarda uma imensidão de aprendizados. Não alcancei o que os estudos científicos chamam de resposta completa, mas a vitória está em cada detalhe: em ter superado a doença, em ter aprendido que vulnerabilidade também é força, em ter descoberto que a mente pode sair maior de uma batalha que ameaça o corpo.

Apreendi que a vida, quando colocada à prova, se revela em sua intensidade mais pura, e que cada amanhecer depois da dor é também uma conquista silenciosa. É como se cada respiração carregasse a lembrança de que estar vivo já é, por si só, um triunfo. E essa percepção muda radicalmente a forma como se enxerga o tempo: não como uma linha contínua, mas como uma soma de instantes únicos, cada um deles digno de ser celebrado.

O câncer me tirou certezas e dogmas, mas me deu algo maior: a capacidade de olhar diferente para cada paciente, para cada vida que confia em mim. Não sou mais o mesmo médico, e esse é, hoje, o meu maior prêmio. Sou alguém que já atravessou a tempestade e, por isso, pode oferecer mais que técnica: pode oferecer presença, escuta e humanidade. Carrego a ciência nas mãos, mas no coração levo a experiência de ter vivido aquilo que estudo. E talvez seja isso o que me torna, agora, mais inteiro — porque compreender o humano é, no fim, a missão maior da medicina.